

## **Guião para a reunião de 10 de julho com Presidente da Comissão de Avaliação do RJIES**

**1) No exercício das suas competências, os CG têm-se revelado mais como órgãos de orientação estratégica e de planeamento, ou programação, das actividades da instituição, ou têm-se ocupado sobretudo de questões de gestão interna?**

Tem-se ocupado, sobretudo, das questões de gestão interna.

**2) Os CG têm tido iniciativa própria, nomeadamente nos termos as alínea f) do n.º 1 do artigo 32.º do RJIES, ou têm-se ocupado quase exclusivamente de assuntos decorrentes da agenda do reitor ou presidente?**

Pela experiência que tenho, lamento dizer que o GG tem sido uma mera caixa de ressonância das iniciativas do Reitor. Sendo o único órgão de governo colegial da UC eleito (na sua maioria) por toda a comunidade universitária, o CG tem uma legitimidade acrescida para não se limitar a esse papel. Apesar de muitos reivindicarem um CG atuante, a verdade é que o órgão nunca se assumiu (como devia) como a sede privilegiada para a expressão do pensamento estratégico da Universidade, o local onde se pode consensualizar uma ideia de Universidade e definir as linhas de ação decisivas para o seu futuro.

**3) A pretender-se manter o CG com o propósito de ser um órgão de orientação estratégica, ficaria melhor capacitado para o exercício dessa competência se continuasse a eleger o reitor, ou se deixasse de ter, pelo menos de forma exclusiva, essa função?**

O CG não pode ser, simultaneamente, o órgão que elege o Reitor e o órgão que fiscaliza os actos do Reitor. Considero que há necessidade de devolver a eleição do Reitor a uma Assembleia da Universidade, ampla, representativa da comunidade académica, retirando esse poder ao CG. Esta medida contribui para aumentar a legitimidade democrática do Reitor e, au mesmo tempo, permite ao CG focar-se no essencial da sua missão.

**4) O exercício de apreciação dos atos do reitor (alínea e) do n.º 1 do artigo 82.º do RJIES) seria facilitado se o CG não estivesse envolvido na eleição do reitor?**

Sim. Para além do que já disse no ponto anterior, a transparência, a garantia da imparcialidade e a prevenção de conflitos de interesses não são acautelados quando se verifica, demasiadas vezes, que os membros do CG que participam na eleição do Reitor são designados, logo após as eleições, para cargos de nomeação ou designação da competência do Reitor.

Segundo o RJIES ao CG que compete apreciar os atos do Reitor e não o contrário (sem prejuízo, naturalmente, de o Reitor poder ter posições diferentes das do CG ou de alguns dos seus membros e as poder expressar). No entanto, o que muitas vezes parece acontecer é que os atos do CG e das suas Comissões é que estão a ser apreciados e escrutinados pelo Reitor.

Muitos membros do CG recusam-se a enfrentar o Reitor, mesmo quando os seus actos sejam passíveis de crítica. A teia de dependências que se cria no órgão e demasiado evidente, o que tem contribuído para a desmotivação (e afastamento) de quem se recusa a pactuar com esta situação.

**5) Têm sido reportada falta de assiduidade de membros externos. Se tal se verifica, que razões a explicam?**

A maioria dos membros externos tem uma participação muito passiva no CG, limitando-se a vir às reuniões sem qualquer preparação prévia. O CG, nos moldes actuais, não é suficientemente motivador para um

maior envolvimento. Considero a importante a participação de membros externos à universidade, mas provavelmente num fórum consultivo e de reflexão estratégica.

**6) O RJIES implementou um modelo de gestão que eliminou os órgãos de decisão de natureza colegial de que resultou a perda do capital social das instituições. Como veriam a limitação das competências do CG a matérias como a aprovação do plano estratégico, do orçamento e das contas, reservando as decisões de natureza académica e do dia a dia das instituições para órgãos colegiais internos como eram os antigos senados.**

Sim, considero ser uma boa medida. O actual RJIES veio promover uma revolução no modelo de gestão das universidades, concentrando o poder em órgãos unipessoais. Restringindo a democracia interna e colegialidade, este modelo contribuiu o afastamento dos/as docentes e investigadores/as dos órgãos de governo. Assistimos hoje a um enorme alheamento da comunidade académica face à discussão das questões que dizem respeito ao desenvolvimento da universidade e, simultaneamente, ao florescimento um certo mal-estar nas instituições como consequência da tendência de muitos detentores de órgãos de governo em olhar para os/as colegas como se de subalternos/as se tratassem.